Inciso I e VI da Lei Estadual Nº 5.887/1995, em consonância com Art. 70, da Lei Federal Nº 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto no prazo de 15 dias a contar da data de ciência da presente notificação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5887/1995.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Notificação 143105 GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2021

À

ANTONIO ROGINALDO DE SOUZA VIDINHO
END:BR -010 KM 81 COMUNIDADE PARAISO, S/N.

CEP: 68.650-000 - IPIXUNA DO PARÁ - PARÁ

Pelo presente instrumento, fica o senhor ANTÔNIO ROGINALDO DE SOUZA VIDINHO, CPF: 476.803.262-15, notificada de acordo com o auto do Processo Infracional Nº 1390/2021, no qual consta o Auto de Infração AUT-2-S/20-11-00387/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, por desmatar 10,02 hectares de vegetação nativa, localizada fora da área de reserva legal (ARL), dentro do Bioma Amazônico, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente ou com ele em desacordo. Contrariando o Art. 53, do Decreto Federal Nº 6.514/2008, enquadrando-se no Art. 118, Inciso I e VI da Lei Estadual Nº 5.887/1995, em consonância com Art. 70, da Lei Federal Nº 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto no prazo de 15 dias a contar da data de ciência da presente notificação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5887/1995.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Notificação 143106 GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2021

À

GILVANDRO DE OLIVEIRA SALES
END:COMUNIDADE MAMIA-RAMAL DO PAXIUBA - ZONA RURAL.

CEP: 68.200-000 - ALENQUER - PARÁ

Pelo presente instrumento, fica o senhor GILVANDRO DE OLIVEIRA SALES, CPF: 892.195.892-49, notificada de acordo com o auto do Processo Infracional Nº 990/2021, no qual consta o Auto de Infração AUT-2-S/20-11-00427/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, por desmatar 8,91 hectares de vegetação nativa, localizada fora da área de reserva legal (ARL), dentro do Bioma Amazônico, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente ou com ele em desacordo. Contrariando o Art. 53, do Decreto Federal Nº 6.514/2008, enquadrando-se no Art. 118, Inciso I e VI da Lei Estadual Nº 5.887/1995, em consonância com Art. 70, da Lei Federal Nº 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto no prazo de 15 dias a contar da data de ciência da presente notificação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5887/1995.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo: 660623

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 718/2021 GAB-SEMAS

A Diretora de Gestão Administrativa e Financeira, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com as Portarias nº 420 de 05 de abril de 2021 e 421 de 05 de abril de 2021, publicadas no DOE nº 34544 do dia 07 de abril de 2021;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2021/520475 - URE-SAN - SEMAS;

RESOLVE-SE:

I - Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 656/2021 GAB-SEMAS de 19/05/2021, publicada no DOE Nº 34.592 do dia 24/05/2021, que concedeu diárias aos servidores citados na referida portaria.

Belém, 26 de maio de 2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

LÍLIA MARCIA RAMOS REIS

Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 660475

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 2181/2019

NOME DO INFRATOR: ANDERSON SOUZA TEIXEIRA

INFRAÇÃO: Art. 118, inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: art. 80, do Decreto Federal 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal 9.605/1998 e art. 225, da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES no valor de 1.000 UPF's, referente ao Auto de Infração nº AUT-3-S/19-01-00036, e considerando que houve comprovação do cumprimento da penalidade (conforme pagamento dos DAE's 712089212406, 712089280886, 712089281854, 712089323759, 712089323773), sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 38346/2015

NOME DO INFRATOR: A. VIEIRA DOS SANTOS

INFRAÇÃO: Art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: art. 93, da Lei Estadual nº 5.887/1995 e art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com a Resolução CONAMA nº 237/1997, art. 70, da Lei Federal nº

9.605/1998 e art. 225, da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES no valor de 3.000 UPF's, referente ao Auto de Infração nº 07097/2015/GERAD, e considerando que não houve registro do cumprimento da penalidade, o escopo do processo foi encaminhado à CCDA/SEFA (Ofício nº 60281/2019/COFIN/DGAF/SAGAT), para inscrição em dívida ativa não tributária, e por fim, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

NOTIFICAÇÃO 97093/CONJUR/2017

À

EDINALDO D LUCENA - EPP

End: ROD. PA 256 KM 02, PROX AO TERMINAL RODOVIÁRIO, BAIRRO: NOVA CONQUISTA

CEP: 68.625-970 / PARAGOMINAS-PA

Notificamos V.Sª. que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo 7299/2013, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração 2053/GEFLOR/2013, em face de EDNALDO D. LUCENA-EPP, em virtude do desrespeito aos ditames legais do inciso VI do artigo 118 da Lei Estadual nº 5.887/1995, aplicando-lhe penalidade de MULTA SIMPLES no valor de 24.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser procedido no prazo máximo de 10(dez) dias, contados da ciência de sua imposição, consoante o disposto nos artigos 115, 119, II; 120, II; 122, II, da Lei Estadual nº. 5.887/95.

Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5(cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1%(um por cento) ao dia, calculado cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142 e 144 §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5887/95. Ressalte-se que poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5(cinco) dias, contados da ciência desta notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, III e 4º do Decreto nº 1.177/08.

Com efeito, informamos a V.Sª poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10(dez) dias, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o art. 143 do referido diploma legal.

Protocolo: 660632

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE
DO ESTADO DO PARÁ**

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº. 211 de 25 de maio de 2021

RESOLVE:

Art.1º - Conceder a servidora Deiliany Lima de Souza Oliveira, matrícula nº. 57215529, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Meio Ambiente, lotada na Diretoria de Gestão e Monitoramento das Unidades de Conservação-DGMUC, deste Instituto, 14 (quatorze) dias de Licença para tratamento de saúde, no período de 04/05 a 17/05/2021, conforme o CID: B34.2, Z29, de acordo com Art.77, I e Art. 81 da Lei nº5.810 de 24 de janeiro de 1994.

KARLA LESSA BENGTON

PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 660532

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 03/2021

PARTES: IDEFLOR-Bio (CEDENTE) E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ALIANÇA DO XINGU - APRAX.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a CESSÃO DE USO de Equipamentos necessários ao funcionamento de 01(um) Viveiro para Produção de Mudas, pertencentes ao IDEFLOR-Bio, ora CEDENTE, em favor da CESSIONÁRIA, ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ALIANÇA DO XINGU - PA - APRAX.

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS: 01 (uma) CAIXA D'ÁGUA, em material de fibra de vidro, com tampa, capacidade máxima de 5000l, com entrada (ladrão) de 2" e saída de 2"; 01 (uma) BOMBA CENTRÍFUGA BIFÁSICA, com potência de 2.0cv, com vazão de 7.000l/hora, tensão de 110/220 v. Sucção x recalque de 1.1/4 x 1. Pressão máxima de 44mca. Altura de sucção 8mca, diâmetro do motor de 157 mm, RP IDEFLOR-Bio Nº 2791 e FUNDEFLO Nº 002; 01 (uma) MOTOBOMBA CENTRÍFUGA de ½ cv, 220 v, motor elétrico IP - 00, com capa de proteção, proteção térmica e capacitor permanente, 02 polos, 60 Hz, sucção de 3/4", RP IDEFLOR-Bio Nº 2978 e FUNDEFLO Nº 189.

DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA: Constantes do Termo de Cessão de uso nº 03/2021.

VIGÊNCIA: 20/05/2021 a 19/05/2022.

ASSINATURA: 20/05/2021.

KARLA LESSA BENGTON

IDEFLOR-Bio

CEDENTE

ROSELY ALVES DIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ALIANÇA DO XINGU/PA - APRAX. CESSIONÁRIA

Protocolo: 660550